



GÊNERO

MULHERES: A REVOLUÇÃO MAIS LONGA

Juliet Mitchell

Tradução: Rodolfo Konder

A situação das mulheres é diferente da de qualquer outro grupo social. Isto porque não se constituem em uma unidade de um número de unidades que podem ser isoladas, mas são metade de uma totalidade: a espécie humana. As mulheres são essenciais e insubstituíveis; não podem, por esta razão, ser exploradas da mesma maneira que outros grupos sociais. São fundamentais para a condição humana, sendo, contudo, marginais em seus papéis econômico, social e político. É precisamente esta combinação – fundamental e marginal a um só tempo – que lhes tem sido fatal. Dentro do mundo dos homens, sua posição é comparável à de uma minoria oprimida: mas elas também existem fora do mundo dos homens. Um estado justifica o outro e exclui o protesto. Na sociedade industrial avançada, o trabalho das mulheres é marginal apenas com relação à economia total. Contudo, é através do trabalho que o homem transforma as condições naturais e, por este meio, produz a sociedade. Até que haja uma revolução na produção, a situação do trabalho prescreverá a situação das mulheres dentro do mundo dos homens. Mas as mulheres recebem a oferta de um universo próprio: a família. Como a mulher mesma, a família aparece como um objeto natural, mas é na verdade uma criação cultural. Nada há de inevitável quanto à forma ou papel da família, a mais do que quanto ao papel das mulheres. É função da ideologia apresentar estes tipos sociais dados como aspectos da própria natureza. Ambas podem ser exaltadas, paradoxalmente, como ideais. A “verdadeira” mulher e a “verdadeira” família são imagens de paz e plenitude: atualmente, podem ambas ser centros de violência e desespero. A condição aparentemente natural pode ser tornada mais atraente, na aparência, do que o avanço árduo dos seres humanos no sentido da cultura. Mas o que Marx escreveu sobre os mitos burgueses da Antiga Idade do Ouro descreve precisamente o reino das mulheres:

[...] de certa maneira, o mundo simples dos antigos parece ser superior, e assim o é, na medida em que buscamos um modelo fechado, forma e limitação estabelecida. Os antigos fornecem uma satisfação precisa, considerando que o mundo moderno nos deixa insatisfeitos ou, quando parece estar satisfeito consigo mesmo, é vulgar e mesquinho.

As mulheres na teoria socialista

O problema da subordinação das mulheres e a necessidade de sua libertação foi reconhecido por todos os grandes pensadores socialistas do século dezenove. Faz parte da herança clássica do movimento revolucionário. Contudo, hoje, no Ocidente, o problema tornou-se elemento subsidiário, se não invisível, nas preocupações

Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 203-232, 1. - 2. sem. 2006 **203**



GÊNERO

dos socialistas. Talvez nenhum outro grande tema tenha sido tão esquecido. Na Inglaterra, a herança cultural do puritanismo, sempre forte na esquerda, contribuiu para uma difusão ampla de crenças essencialmente conservadoras entre muitos que, de outra forma, incluir-se-iam entre os “progressistas”. O pronunciamento marcante de Peter Townsend é um *locus classicus* destas atitudes:

Os socialistas têm tradicionalmente ignorado a família, ou tentado abertamente enfraquecê-la – alegando nepotismo e as restrições colocadas diante da realização individual pelos vínculos familiares. Tentativas extremas de criar sociedades em outra base que não a família têm fracassado funestamente. É significativo que um socialista fale normalmente a um colega como “irmão”, e um comunista use o termo “camarada”. Os principais meios de realizar-se na vida são pertencer a uma família, e reproduzi-la. Nada se ganha escondendo esta verdade.¹

Como se difundiu esta contra-revolução? Por que o problema da condição da mulher tornou-se uma área de silêncio dentro do socialismo contemporâneo? August Bebel,² cujo livro *A mulher no Passado, Presente e Futuro* foi um dos textos padrões do Partido Social-Democrata alemão nos primeiros anos deste século, escreveu:

Todo socialista reconhece a dependência do operário com relação ao capitalista, e não pode entender que os outros, especialmente os próprios capitalistas, não a reconheçam igualmente; mas os mesmos socialistas freqüentemente não reconhecem a dependência da mulher com relação ao homem, porque a questão toca o seu íntimo de modo mais ou menos direto.

Mas este gênero de explicação – psicológica e moralista – é claramente inadequado. Causas bem mais profundas e estruturais têm atuado de maneira clara. Para examiná-las, seria necessário um estudo histórico maior, impossível de se fazer aqui. Mas pode-se dizer com alguma certeza que parte da explicação para o declínio no debate socialista sobre a questão repousa não somente nos processos históricos reais, mas na debilidade original existente na discussão tradicional da questão, nos clássicos. Pois embora os grandes estudos do século passado sublinhassem todos a importância do problema, não o “resolveram” teoricamente. As limitações de sua abordagem jamais foram transcendidas posteriormente.

Fourier foi o mais ardente e profuso advogado da libertação das mulheres e da liberdade sexual entre os primeiros socialistas. Em uma passagem bem conhecida, escreveu:

A mudança em uma época histórica sempre pode ser determinada pelo progresso das mulheres no sentido da liberdade, porque na relação da mulher para o homem, do fraco para o forte, é mais evidente a vitória da natureza humana sobre a brutalidade. O grau de emancipação das mulheres é a medida natural da emancipação geral.³

Marx citou esta formulação de modo aprovador em *A Sagrada Família*. Mas, de maneira característica em seus primeiros escritos, deu a ela um significado mais universal e filosófico. A emancipação das mulheres não seria apenas como a via Fourier,

204 Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 203-232, 1. - 2. sem. 2006



GÊNERO

com a sua grande preocupação com a libertação sexual, um índice de humanização no sentido cívico da vitória do humano sobre o brutal, mas, no sentido mais fundamental do progresso do humano sobre o animal, do cultural sobre o natural: “A relação do homem para a mulher é a relação ‘mais natural’ de um ser humano com respeito a outro. Indica, por esta razão, até onde o comportamento ‘natural’ do homem tornou-se humano, e até onde esta essência ‘humana’ tornou-se ‘natural’ para ele, até onde sua ‘natureza humana’ tornou-se a sua ‘natureza’.”⁴ Este tema é típico do jovem Marx.

As idéias de Fourier permaneceram no nível da injunção moral utópica. Marx usou-as e as transformou, integrando-as em uma crítica filosófica da história humana. Mas manteve a abstração da concepção de Fourier da posição das mulheres como um índice do avanço social geral. Isto, na verdade, torna-a meramente um símbolo – concede ao problema uma importância universal, ao preço de privá-la de sua substância específica. Os símbolos aludem ou derivam de alguma coisa. Nos escritos do jovem Marx, a mulher se torna uma entidade antropológica, ou categoria ontológica, de tipo altamente abstrato. Contrariamente, em seu trabalho posterior, onde está preocupado em descrever a família, Marx a diferencia como um fenômeno segundo a época e o lugar:

... o casamento, a propriedade, a família permanecem inatacados, na teoria, porque se constituem na base prática sobre a qual a burguesia ergueu sua dominação, e porque, em sua forma burguesa, são as condições que fazem do burguês um burguês... Esta atitude do burguês com relação às condições de sua existência adquire uma das suas formas universais na moralidade burguesa. Não se pode, em geral, falar da família “como tal”. Historicamente, o burguês dá à família o caráter da família burguesa, em que o tédio e o dinheiro são o elo de ligação, e que inclui também a dissolução burguesa da família, que não impede a própria família de continuar sempre existindo. Sua existência vil tem seu equivalente no conceito sagrado que se faz dela na fraseologia oficial e na hipocrisia universal... (entre o proletariado) o conceito da família simplesmente não existe... No século dezoito, o conceito da família foi abolido pelos filósofos, porque a família atual já se encontrava em processo de dissolução, nos maiores pináculos da civilização. O laço familiar interno foi dissolvido, os componentes isolados que constituíam o conceito da família foram dissolvidos, por exemplo, obediência, piedade, fidelidade matrimonial, etc.; mas o corpo real da família, a relação de propriedade, a atitude exclusiva em relação a outras famílias, a coabitação forçada – relações produzidas pela existência de crianças, a estrutura das cidades modernas, formação de capital, etc. – tudo isso foi preservado, embora com numerosas violações, porque a existência da família foi tornada necessária por sua conexão com o modo de produção, que existe independentemente da vontade da sociedade burguesa.⁵

Ou, ainda mais tarde, em *O Capital*: “Naturalmente, é tão absurdo sustentar que a forma teuto-cristã da família seja absoluta e final quanto seria atribuir aquele caráter às formas existentes na Roma antiga, na velha Grécia, ou no Orientes, que, além disso, se tomadas juntas, formam uma série no desenvolvimento histórico.”⁶ O que é contundente é que aqui o problema das mulheres submergiu em uma aná-

Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 203-232, 1. - 2. sem. 2006 **205**



GÊNERO

lise da família. As dificuldades desta abordagem podem ser vistas na nota algo apocalíptica dos comentários de Marx sobre o destino da família burguesa aqui e em outros pontos (por exemplo, no *Manifesto Comunista*). Havia pouca sustentação histórica para a ideia de que estava em efetiva dissolução e, sem dúvida, já não podia ser vista na classe trabalhadora. Marx, assim, deslocou-se de formulações filosóficas gerais sobre as mulheres, nos primeiros escritos, para comentários históricos específicos sobre a família, nos textos posteriores. Há uma séria separação entre os dois enfoques. O terreno comum a ambos, naturalmente, era sua análise da economia e da evolução da propriedade.

Engels

Coube a Engels sistematizar estas teses em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, após a morte de Marx. Engels declarou que a desigualdade dos sexos era um dos primeiros antagonismos dentro da espécie humana. O primeiro antagonismo de classes “coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher no casamento monogâmico, e a primeira opressão de classe, com a do sexo feminino pelo masculino.”⁷ Baseando muito de sua teoria nas imprecisas investigações antropológicas de Morgan, Engels, não obstante, realizou algumas análises valiosas. A herança, que é a chave para o seu exame econômico, foi primeiro de linha materna, mas, com o aumento da riqueza, tornou-se de linha paterna. Este foi o maior retrocesso da mulher, considerado isoladamente. A fidelidade da mulher se torna essencial e a monogamia é irrevogavelmente estabelecida. A esposa na família comunista, patriarcal, é um servidor público, com a monogamia ela se torna um servidor particular. Engels efetivamente reduz o problema da mulher à sua capacidade de trabalho. Por esta razão, deu a fraqueza psicológica dela como uma causa primária de sua opressão. Situa o momento de sua exploração no momento de transição da propriedade comunal para a propriedade privada. Se a inabilidade para o trabalho é a causa de seu *status* inferior, a habilidade para o trabalho trará sua libertação:

... a emancipação das mulheres e sua igualdade com os homens são impossíveis e assim devem permanecer, enquanto as mulheres forem excluídas do trabalho social produtivo, e restringidas ao trabalho doméstico, que é privado. A emancipação das mulheres só se torna possível quando elas são capacitadas a tomar parte na produção em uma escala ampla, social, ou quando os serviços domésticos pedem sua atenção apenas numa pequena medida.⁸

Ou: “A primeira premissa para a emancipação das mulheres é a reintrodução de todo o sexo feminino na indústria pública... isto... pede que a qualidade possuída pela família individual de ser a unidade econômica da sociedade seja abolida.”⁹ Engels, assim, encontra uma solução esquematicamente apropriada para sua análise da origem da opressão feminina. A posição das mulheres, então, no trabalho de Marx e Engels, permanece dissociada de, ou subsidiária a uma discussão da família, que está por sua vez subordinada como simplesmente uma pré-condição da propriedade

206 Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 203-232, 1. - 2. sem. 2006



GÊNERO

privada. A solução deles mantém este tom excessivamente econômico, ou entra no domínio da especulação deslocada.

Bebel, discípulo de Engels, tentou fornecer uma visão programática da opressão da mulher como tal, não simplesmente como um subproduto da evolução da família e da propriedade privada: "Desde o início dos tempos, a opressão foi o destino comum da mulher e do operário. ...A mulher foi o primeiro ser humano que provou o gosto da escravidão, tendo sido um escravo antes de existir a escravidão."¹⁰ Ele reconheceu, com Marx e Engels, a importância da inferioridade física como responsável pela subordinação da mulher, mas, embora sublinhando a importância da herança, acrescentou que o elemento biológico – sua função maternal – era uma das condições fundamentais que a tornaram economicamente dependente do homem. Mas Bebel, também, foi incapaz de fazer algo mais do que afirmar que a igualdade sexual era impossível sem o socialismo. Sua visão do futuro era um sonho vago, quase desligado de sua descrição do passado. A ausência de uma preocupação estratégica forçou-o a um otimismo voluntarista, divorciado da realidade. O próprio Lênin, embora tenha feito um número razoável de sugestões específicas, herdou uma tradição de pensamento que simplesmente indicava uma equação *a priori* do socialismo com a libertação feminina, sem mostrar concretamente como iria transformar a condição da mulher: "a menos que as mulheres sejam levadas a tomar uma parte independente não apenas na vida política em geral, mas também no serviço público diário e universal, não cabe falar sobre uma democracia plena e estável, muito menos de socialismo."¹¹

A libertação das mulheres permanece como um ideal normativo, um acessório da teoria socialista, sem estar estruturalmente integrado nela.

O segundo sexo

O contrário é verdade quanto ao maciço trabalho de De Beauvoir *O Segundo Sexo* – até hoje a maior contribuição sobre a matéria, considerada isoladamente. Aqui, o foco é o *status* das mulheres através dos tempos. Mas o socialismo como tal surge como uma solução curiosamente contingente no final do trabalho, em um epílogo camuflado. A principal inovação teórica de De Beauvoir foi unir as explicações "econômica" e "reprodutiva" da subordinação das mulheres por meio de uma interpretação psicológica de ambas. O homem se afirma como sujeito e ser livre opondo-se a outras concepções. Distingue-se dos animais precisamente pelo fato de que cria e inventa (não pelo fato de que se reproduz), mas tenta escapar à carga de sua liberdade dando a si mesmo uma "imortalidade" espúria através de seus filhos. Domina a mulher tanto para aprisionar outra consciência que reflete a sua própria, como para lhe fornecer filhos que sejam seguramente seus (seu temor da ilegitimidade). As noções têm obviamente força considerável. Mas, são atemporais: não é fácil ver porque o socialismo deveria modificar o desejo "ontológico" básico de

Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 203-232, 1. - 2. sem. 2006 207



GÊNERO

uma liberdade do tipo objeto, que De Beauvoir vê como o motor por trás da fixação da herança no sistema de propriedade, ou a escravização das mulheres que dele deriva. De fato, ela tem criticado este aspecto de seu livro como idealista:

Eu tomaria uma posição mais materialista hoje, no primeiro volume. Basearia a noção da mulher como “outro” e o argumento maniqueu que isto envolve não em uma luta idealística e apriorística de consciências, mas nos fatos da oferta e da procura. Esta modificação não exigiria quaisquer mudanças no desenvolvimento posterior de meu argumento.¹²

No entanto, junto com a explicação psicológica idealista, De Beauvoir usa uma abordagem econômica ortodoxa. Isto conduz a um evolucionismo definido em seu tratamento no volume um, e se torna uma narrativa retrospectiva das diferentes formas da condição feminina, em diferentes sociedades, através dos tempos – principalmente em termos do sistema de propriedade e seus efeitos sobre as mulheres. A isto, ela acrescenta vários temas supra-históricos – mitos do eterno feminino, tipos de mulheres através dos tempos, tratamentos literários das mulheres – que não modificam a estrutura fundamental de seu argumento. A perspectiva para a libertação da mulher, no final, está bastante divorciada de qualquer desenvolvimento histórico.

Assim, a literatura clássica sobre o problema da condição da mulher tem uma ênfase predominantemente econômica, acentuando sua simples subordinação às instituições de propriedade privada. O *status* biológico da mulher sustenta tanto sua fraqueza como elemento de produção, nas relações de trabalho, quanto sua importância como possessão, nas relações reprodutivas. A interpretação mais completa e recente dá a ambos os fatores uma estrutura psicológica. O projeto de discussão é de caráter evolucionista e, não obstante, fracassa de modo notável em projetar uma imagem convincente do futuro, além de afirmar que o socialismo envolverá a libertação das mulheres como um de seus “momentos” constitutivos.

Qual é a solução para esse impasse? Ela deve repousar na diferenciação da condição da mulher, muito mais radicalmente do que no passado, em suas estruturas separadas, que juntas formam uma unidade complexa – não uma unidade simples. Isto significará a rejeição da idéia de que a condição da mulher pode ser deduzida derivativamente da economia ou equacionada simbolicamente à sociedade. Antes, deve ser vista como uma estrutura “específica”, que é uma unidade de diferentes elementos. As variações da condição da mulher através da história serão o resultado de diferentes combinações destes elementos – tal como a análise de Marx da economia em “Formações econômicas pré-capitalistas” é um conjunto de diferentes combinações dos fatores de produção, não uma narrativa linear do desenvolvimento econômico. Porque a unidade da condição da mulher, em qualquer tempo, é o produto de inúmeras estruturas, ela é sempre “superdeterminada”.¹³ As estruturas-chave podem ser dadas como as seguintes: Produção, Reprodução, Sexo e Socialização das Crianças. A combinação concreta delas produz a “unidade complexa” da posi-



GÊNERO

ção da mulher; mas cada estrutura separada pode ter atingido um “momento” diferente em qualquer instante histórico dado. Cada uma então deve ser examinada separadamente, de modo a se ver qual é a unidade atual, e como pode ser modificada. A discussão que se segue não pretende dar uma análise histórica de cada setor. Preocupa-se somente com algumas reflexões gerais sobre os diferentes papéis das mulheres e algumas de suas interconexões.

Produção

A diferenciação biológica dos sexos e a divisão do trabalho, através da história, têm parecido uma necessidade interligada. Anatomicamente menores e mais fracos, a fisiologia e o metabolismo psicobiológico da mulher parecem fazer dela um membro menos útil de uma força de trabalho. Sublinha-se sempre como, particularmente nas primeiras fases do desenvolvimento social, a superioridade física do homem deu-lhe os meios de conquistar a natureza, o que foi negado à mulher. Uma vez adaptada a mulher às tarefas domésticas envolvidas na manutenção, enquanto o homem empreendia a conquista e a criação, tornou-se ela um aspecto das coisas preservadas: a propriedade privada e as crianças. Todos os escritores socialistas mencionados antes tratando do assunto – Marx, Engels, Bebel, De Beauvoir – ligam a confirmação e a continuação da opressão da mulher, após o estabelecimento de sua inferioridade física para o trabalho manual pesado, ao advento da propriedade privada. Mas a fraqueza física da mulher jamais a impediu de trabalhar (além de criar os filhos) – somente tipos específicos de trabalho, em sociedades específicas. Nas sociedades primitiva, antiga, oriental, medieval e capitalista, o “volume” de trabalho realizado pelas mulheres tem sido sempre considerável (e, em geral, bem mais do que isto). Somente sua forma está em questão. O trabalho doméstico, mesmo hoje, é enorme, se avaliado quantitativamente em termos de trabalho produtivo.¹⁴ Em qualquer caso, o físico das mulheres jamais as relegou de modo permanente ou mesmo predominante a tarefas domésticas inferiores. Em muitas sociedades agrárias, as mulheres têm trabalhado no campo tanto quanto os homens, ou ainda mais.

A suposição por trás da discussão clássica é que o fator crucial iniciador de todo o desenvolvimento da subordinação feminina foi a menor capacidade das mulheres para reivindicar o trabalho físico. Mas, na verdade, isto é uma excessiva simplificação. Mesmo nestes termos, na história tem sido a menor capacidade da mulher para a violência bem como para o trabalho que tem determinado sua subordinação. Na maioria das sociedades, a mulher tem sido não apenas menos capaz do que o homem para realizar tipos pesados de trabalho, como menos capaz de lutar. O homem não somente tem força para se afirmar contra a natureza, mas também contra seus companheiros. A “coerção social” tem interagido com uma divisão direta do trabalho, baseada na capacidade biológica, numa medida bem maior do que geralmente se admite. Naturalmente, não pode ser realizada como uma agressão direta. Nas sociedades primitivas, a inadequabilidade física das mulheres para a caça é evi-



GÊNERO

dente. Nas sociedades agrícolas onde a inferioridade das mulheres está socialmente instituída, elas recebem a tarefa árdua de arar e cultivar. Para isto, a coerção é necessária. Nas civilizações desenvolvidas e sociedades mais complexas, as deficiências físicas da mulher tornam-se novamente relevantes. As mulheres não têm valor para a guerra ou na construção de cidades. Mas, com a industrialização incipiente, a coerção uma vez mais se torna importante. Como Marx escreveu:

Na medida em que a maquinaria dispensa força muscular, torna-se um meio de se empregar trabalhadores com força muscular pequena, e aqueles cujo desenvolvimento físico é incompleto, mas cujos membros são mais maleáveis. O trabalho das mulheres e crianças foi, por esta razão, a primeira coisa buscada pelos capitalistas que usavam as máquinas.¹⁵

René Dumont esclarece que, em muitas zonas da África tropical de hoje, os homens são freqüentemente ociosos, enquanto as mulheres são forçadas a trabalhar o dia inteiro.¹⁶ Esta exploração não tem qualquer origem “natural”. As mulheres podem realizar seus serviços “pesados” nas sociedades camponesas contemporâneas da África não por temor à represália física por parte de seus homens, mas porque seus serviços são “habituais” e construídos dentro das estruturas da sociedade. Outro ponto é que a coerção implica num relacionamento entre o coator e o coagido diferente daquele apresentado pela exploração. É político, antes que econômico. Ao descrever a coerção, Marx disse que o senhor tratava o escravo ou Servo como “a condição natural e inorgânica de sua própria reprodução”. Isto quer dizer, o próprio trabalho torna-se igual a outras coisas naturais – gado ou solo: “As condições originais de produção aparecem como pré-requisitos naturais, *as condições naturais da existência do produtor*, da mesma forma que seu organismo vivo, embora produzido e desenvolvido por ele, não é originalmente estabelecido por si mesmo, mas aparece como seu *pré-requisito*”.¹⁷ Esta é predominantemente a condição da mulher. Pois longe da fraqueza física da mulher afastá-la do trabalho produtivo, é sua fraqueza social que, nestes casos, tem feito dela o maior escravo disso, de modo evidente.

Esta verdade, embora possa parecer elementar, tem sido, não obstante, ignorada pelos escritores que tratam do assunto, com o resultado de que um otimismo ilegítimo invade suas previsões para o futuro. Pois, se é apenas a incapacidade biológica para o trabalho físico mais duro o que tem determinado a subordinação das mulheres, então a perspectiva de uma tecnologia avançada no campo das máquinas, abolindo a necessidade de uma ação física extenuante, pareceria prometer, por esta razão, a libertação da mulher. Por um momento, a própria industrialização, assim, parece anunciar a libertação das mulheres. Engels, por exemplo, escreveu:

A primeira premissa para a emancipação das mulheres é a introdução do todo o sexo feminino na indústria pública... E isto tornou-se possível somente como um resultado da indústria moderna em larga escala, que não apenas permite a participação das mulheres na produção em grandes quantidades, mas, na verdade, pede por isso, e, além do mais, tenta converter o trabalho doméstico privado também em uma indústria pública.¹⁸

210 Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 203-232, 1. - 2. sem. 2006





GÊNERO

O que Marx disse do industrialismo incipiente não é menos verdade, *mas* também não mais verdadeiro do que uma sociedade automatizada:

[...] é óbvio que o fato de o grupo coletivo de trabalho ser composto de indivíduos de ambos os sexos e todas as idades, deve naturalmente, *em condições adequadas*, tornar-se uma fonte de desenvolvimento humano; embora em sua forma espontaneamente desenvolvida, brutal, capitalista, onde o trabalhador existe para o processo de produção, e não o processo de produção para o trabalhador, aquele fato seja uma fonte prejudicial de corrupção e escravizamento.¹⁹

O trabalho industrial e a tecnologia automatizada prometem ambos as pré-condições para a libertação da mulher, junto com a do homem – mas, não mais do que as pré-condições. É apenas bem óbvio que o advento da industrialização até agora não libertou as mulheres neste sentido, tanto no Ocidente como no Oriente. No Ocidente, é verdade que houve um grande influxo de mulheres para o trabalho existente na economia industrial em expansão, mas isto em breve cessou, e tem havido um aumento relativamente pequeno nas últimas décadas. De Beauvoir esperava que a automatização fizesse uma diferença decisiva, qualitativa, abolindo completamente a diferenciação física entre os sexos. Mas qualquer esperança nisto em si dá à técnica um papel independente que a história não justifica. Sob o capitalismo, a automação poderia possivelmente levar a um desemprego estrutural sempre crescente, que expulsaria as mulheres, os recrutas menos importantes integrados em último lugar na força de trabalho, e os mais caros ideologicamente para uma sociedade burguesa – de produção, após somente um breve interlúdio nela. A tecnologia é medida pela estrutura social total e é esta que determinará o futuro da mulher nas relações de trabalho.

A deficiência física não é agora, mais do que no passado, uma explicação suficiente para a rejeição da mulher a um *status* inferior. A coerção tem sido aprimorada em uma ideologia compartilhada por ambos os sexos. Comentando os resultados de seu questionário apresentado a mulheres operárias, Viola Klein observa: “Não há vestígios de igualitarismo feminista – militante ou de outro tipo – em qualquer das respostas das mulheres ao nosso questionário; nem está mesmo presumido implicitamente que as mulheres têm um *Direito ao Trabalho*”.²⁰ Recusado, ou recusando, um papel na produção, a mulher nem mesmo cria as pré-condições de sua libertação.

Reprodução

A ausência da mulher do setor crítico da produção historicamente, é claro, tem sido causada não apenas pela sua fraqueza física em um contexto de coerção – mas também pelo seu papel na reprodução. A maternidade exige afastamentos periódicos do trabalho, mas este não é um fenômeno decisivo. É mais propriamente o papel das mulheres na reprodução que se tornou, pelo menos na sociedade capita-

Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 203-232, 1. - 2. sem. 2006 **211**



GÊNERO

lista, o “complemento” espiritual do papel dos homens na produção.²¹ Produzindo filhos, cuidando deles, e mantendo o lar – estas atividades formam o imo da vocação natural da mulher, dentro desta ideologia. Tal crença tem conseguido muita força por conta da aparente universalidade da família como uma instituição humana. Há pouca dúvida de que as análises marxistas têm subestimado os problemas fundamentais propostos aqui. O completo fracasso em dar qualquer conteúdo operacional ao *slogan* da “abolição” da família é uma prova contundente disso (bem como da vacuidade da noção). O vazio assim criado tem sido rapidamente ocupado por crenças tradicionais como a de Townsend, citada anteriormente.

A função biológica da maternidade é um fato universal, atemporal, e, como tal, parece ter escapado às categorias da análise histórica marxista. Dele decorrem – aparentemente – a estabilidade e a onipresença da família, se em formas bem diferentes.²² Uma vez aceito isso, a subordinação social das mulheres – embora enfatizada como um papel honrado, mas diferente (cf. as ideologias iguais mas “separadas” dos racistas do sul) – pode ser vista decorrendo inevitavelmente, como um inegável fato bio-histórico. A cadeia causal então prossegue: Maternidade, Família, Ausência da Produção e da Vida Pública, Desigualdade Sexual.

O elo de realização nesta linha de argumento é a idéia da família. A noção de que a “família” e a “sociedade” são termos virtualmente co-extensivos, ou de que uma sociedade avançada que não esteja fundada no núcleo familiar é atualmente inconcebível, está amplamente difundida. Só pode ser seriamente discutida perguntando-se exatamente o que é a família – ou antes qual é o papel da mulher na família. Uma vez feito isto, o problema surge sob uma luz completamente nova. Pois é óbvio que o papel da mulher na família – primitiva, feudal ou burguesa – participa de três estruturas bem diferentes: reprodução, sexualidade e a socialização das crianças. Elas estão historicamente, não intrinsecamente, relacionadas entre si na atual família moderna. O parentesco biológico não é necessariamente idêntico ao social (adoção). Assim, é essencial discutir: não a família como uma entidade não-analisada, mas as “estruturas” separadas que a compõem hoje, e que podem amanhã ser decompostas em um novo padrão.

A reprodução, tem sido sublinhado, é aparentemente um fenômeno atemporal constante – parte da biologia antes que da história. Na verdade, isto é uma ilusão. A verdade é que o “modo de reprodução” não varia com o “modo de produção”; pode permanecer efetivamente o mesmo através de diferentes modos de produção. Pois tem sido definido até agora pelo seu caráter natural incontrolável. Nesta medida, tem sido um fato biológico conservado sem mudanças. Enquanto a reprodução permaneceu como um fenômeno natural, sem dúvida, as mulheres estavam efetivamente destinadas à exploração social. De qualquer modo, elas não eram donas de uma grande parte de suas vidas. Não tinham escolha quanto a se teriam filhos, e quanto (fora os repetidos abortos), sua existência estava essencialmente submetida a processos biológicos fora de seu controle.

212 *Niterói*, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 203-232, 1. - 2. sem. 2006





Anticoncepcionais

A anticoncepção, inventada como uma técnica racional somente no século dezanove, constituiu-se assim numa inovação de importância histórica mundial. Só agora está começando a mostrar as imensas conseqüências que pode ter, na forma de pílulas. Pois o que ela significa é que afinal o modo de reprodução podia potencialmente ser transformado. Uma vez tornada a gravidez algo totalmente voluntário (até que ponto é assim no Ocidente, mesmo hoje?) sua significação é fundamentalmente diferente. Já não precisa ser a única ou a última vocação da mulher; torna-se uma opção entre outras.

Marx vê a história como o desenvolvimento da transformação da natureza pelo homem e, por meio disto, da transformação de si mesmo – da natureza humana – em diferentes modos de produção. Hoje, há as possibilidades técnicas para a humanização da parte mais natural da cultura humana. Isto é o que poderia significar uma mudança no modo de reprodução.

Contudo, ainda estamos longe deste estado de coisas. Na França e na Itália, a venda de qualquer forma de anticoncepcional permanece ilegal. O anticoncepcional oral é privilégio de uma minoria endinheirada em alguns países ocidentais. Mesmo aqui, o progresso tem sido conseguido em forma tipicamente conservadora e exploradora. É feito somente para as mulheres, que são assim os “porquinhos-da-índia” em um risco que envolve ambos os sexos.

O fato de importância transcendental é que os anticoncepcionais facilmente disponíveis ameaçam dissociar a experiência sexual da reprodutiva – que toda a ideologia burguesa contemporânea tenta fazer inseparáveis, com a *raison d'être* da família.

Reprodução e produção

Atualmente, a reprodução em nossa sociedade é freqüentemente uma espécie de imitação triste da produção. O trabalho em uma sociedade capitalista é uma alienação do trabalho na elaboração de um produto social que é confiscado pelo capital. Mas ele pode ainda algumas vezes ser um ato real de criação proposital e responsável, mesmo em condições da pior exploração. A maternidade é freqüentemente uma caricatura disso. O produto biológico – a criança – é tratado como se fosse um produto sólido. A maternidade se torna uma espécie de substituto para o trabalho, uma atividade em que a criança é vista como um objeto criado pela mãe, da mesma forma em que um bem é criado por um operário. Naturalmente, a criança não escapa literalmente, mas a alienação da mãe pode ser bem pior do que a do operário, cujo produto é apropriado pelo patrão. Nenhum ser humano pode criar outro ser humano. A origem biológica de uma pessoa é uma abstração. A





GÊNERO

criança como uma pessoa autônoma inevitavelmente ameaça a atividade que afirma criá-la continuamente, simplesmente como uma “possessão” dos pais. As possessões são sentidas como extensões do eu. A criança, como uma possessão, é sumamente isto. Qualquer coisa que a criança faça, por esta razão, é uma ameaça à própria mãe, que renunciou à sua autonomia através desta concepção errônea de seu papel reprodutivo. Há poucos riscos mais precários em que se possa basear uma vida.

Além disso, mesmo se a mulher tem controle emocional sobre seu filho, tanto legal como economicamente ambos estão sujeitos ao pai. O culto social da maternidade é igualado pela real falta de poder socioeconômico da mãe. Os benefícios psicológicos e práticos que os homens recebem disso são óbvios. A conversa da busca da criação por parte da mulher na criança é o refúgio dos homens com relação ao seu trabalho dentro da família:

Quando voltamos ao lar, tiramos nossa máscara, largamos nossas ferramentas, e já não somos advogados, marinheiros, soldados, estadistas, clérigos, mas simplesmente homens. Caímos novamente em nossas relações mais humanas, que, no fim das contas, são tudo o que nos pertence quando estamos diante de nós mesmos.²³

De forma diferente de seu *status* não-produtivo, sua capacidade para a maternidade é uma definição da mulher. Mas, é apenas uma definição fisiológica. Enquanto lhe seja permitido permanecer como um substitutivo da ação e da criatividade, e o lar continua a ser uma área para o relaxamento dos homens, as mulheres permanecerão confinadas à procriação, à sua condição universal e natural.

Sexualidade

A sexualidade tem sido tradicionalmente a dimensão mais proibitiva da situação das mulheres. O significado de liberdade sexual e sua conexão com a liberdade das mulheres é um tema particularmente difícil, que poucos escritores socialistas têm-se disposto a suscitar. Somente Fourier identificou totalmente os dois, em estrofes líricas descrevendo um paraíso sexual de permutações – as famosas “falansterias”. “A moralidade socialista” na União Soviética proibiu por muito tempo uma discussão séria sobre o assunto, dentro do movimento comunista mundial. O próprio Marx – a este respeito, algo menos liberal do que Engels – no início de sua vida expressou pontos de vista tradicionais quanto à questão: “[...] a santificação do instinto sexual através da exclusividade, o controle do instinto por leis, a beleza moral que torna ideal o mandamento da natureza, na forma de um vínculo emocional – (esta é) a essência espiritual do casamento.”²⁴

Contudo, é óbvio que através da história as mulheres têm sido apropriadas como objetos sexuais, tanto como progenitoras ou produtoras. Sem dúvida, a relação sexual pode ser assimilada ao regime de possessão bem mais fácil e completa-

214 Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 203-232, 1. - 2. sem. 2006





GÊNERO

mente do que o relacionamento produtivo ou reprodutivo. O vocabulário sexual contemporâneo traz um testemunho eloqüente com relação a isto – é um vocabulário compreensivo da reificação. O velho Marx estava bem consciente disto, sem dúvida: “O casamento... é incontestavelmente uma forma de propriedade privada exclusiva.”²⁵ Mas nem ele nem seus sucessores jamais tentaram seriamente encarar as implicações disto com relação ao socialismo, ou mesmo com relação a uma análise estrutural da condição das mulheres. O comunismo, sublinhou Marx na mesma passagem, não significaria a mera “comunização” das mulheres como propriedade comum. Além disso, ele jamais se arriscou.

Há aqui algumas considerações históricas. Pois, se os socialistas nada têm dito, a lacuna tem sido preenchida por ideólogos liberais. Um livro recente, *Eros Denied*, de Wayland Young, argumenta que a civilização ocidental tem sido singularmente repressiva do ponto de vista sexual, e, num apelo por maior liberdade sexual hoje, compara-a numa certa extensão às sociedades orientais e antigas. É chocante, no entanto, que este livro não faça qualquer referência ao *status* das mulheres nestas diferentes sociedades, ou às diferentes formas de contrato de casamento nelas existentes. Isto torna todo o argumento em um exercício puramente formal – o inverso das discussões socialistas da posição das mulheres, que ignora o problema da liberdade sexual e seu significado. Pois, embora seja verdade que algumas culturas orientais e antigas (e, sem dúvida, primitivas) eram bem menos puritanas que as sociedades ocidentais, é absurdo ver isto como uma espécie de “valor transponível” que se pode abstrair de sua estrutura social. Na verdade, em muitas destas sociedades a abertura sexual foi acompanhada de uma forma de exploração poligâmica que a tornou na prática simplesmente uma expressão da dominação masculina. Já que a arte era também um campo do homem, esta liberdade encontra uma expressão natural e freqüentemente poderosa na arte – o que é comumente citado como se fosse prova da qualidade integral do relacionamento humano na sociedade. Nada poderia ser mais enganador. O que é necessário, antes que esta essência exortativa ingênua de exemplo histórico, é alguma visão da co-variação entre os graus de liberdade sexual e abertura, e a posição e dignidade das mulheres em diferentes sociedades. Alguns pontos são imediatamente óbvios. A história atual é bem mais dialética do que qualquer visão liberal a apresenta. A poligamia jurídica sem limites – qualquer que seja a sexualização da cultura que a acompanha – é claramente uma anulação total da autonomia da mulher, e constitui uma forma extrema de opressão. A antiga China é uma perfeita ilustração disto. Wittfogel descreve o extraordinário despotismo do *paterfamilias* chinês – “Um policial litúrgico (semi-oficial) de seu próprio grupo familiar.”²⁶ No Ocidente, no entanto, o advento da monogamia não foi de forma alguma um avanço *absoluto*. Certamente, ele não criou uma igualdade de um-para-um – longe disso. Engels comentou com exatidão:

A monogamia não surge de forma alguma na história como a reconciliação entre o homem e a mulher, muito menos como a forma mais elevada de uma tal reconciliação. Ao contrário,

Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 203-232, 1. - 2. sem. 2006 215



GÊNERO

surge como a subjugação de um sexo pelo outro, como a proclamação de um conflito entre os sexos inteiramente desconhecido até aqui nos tempos pré-históricos.²⁷

Mas, na era cristã, a monogamia assumiu uma forma muito específica no Ocidente. Aliou-se a um regime sem precedentes de repressão sexual geral. Em sua versão paulina, isto teve uma tendência marcadamente antifeminina, herdada do judaísmo. Com o tempo, isto se diluiu – a sociedade feudal, a despeito de sua reputação posterior para o ascetismo, praticava a monogamia formal com aceitação considerável do comportamento polígamo, pelo menos dentro da classe dominante. Mas aqui novamente, a extensão da liberdade sexual era apenas um índice de dominação masculina. Na Inglaterra, a mudança verdadeiramente maior ocorreu no século dezesseis, com a ascensão do puritanismo militante e o aumento das relações de mercado na economia. Laurence Stone observa:

Na prática, se não na teoria, a nobreza do início do século dezesseis era uma sociedade poligâmica, e alguns viviam com uma sucessão de mulheres, a despeito da proibição do divórcio... Mas, impressionada pelas críticas calvinistas ao padrão duplo, a opinião pública começou a fazer objeções à manutenção aberta de uma amante.²⁸

O capitalismo e as solicitações decorrentes de uma burguesia recém-surgida concederam às mulheres um novo *status* como esposa e mãe. Seus direitos legais foram aprimorados; havia vigorosa controvérsia quanto à sua posição social; bater na mulher era proibido. “Em uma mulher, o homem burguês procura uma contraparte, não um igual.”²⁹ Na periferia social, a mulher encontrou ocasionalmente uma igualdade que era mais do que sua função feminina em uma sociedade comercial. Nas seitas extremistas, as mulheres freqüentemente possuíam direitos completamente iguais: Fox argumentou que a Redenção restaurou a igualdade pré-lapsariana e que as mulheres *quaker*, por esta razão, conseguiram uma autonomia real. Mas, uma vez institucionalizada a maioria das seitas, reenfatizou-se a necessidade da disciplina familiar, e, com ela, a obediência da mulher. Como diz Keith Thomas, os puritanos “fizeram algo para elevar o *status* das mulheres, mas não muito.”³⁰ O sistema patriarcal foi preservado e mantido pelo modo econômico de produção. A transição para a monogamia completa e efetiva acompanhou a transição para a sociedade burguesa moderna, como a conhecemos hoje. Como o próprio sistema de mercado, representou um avanço histórico, a elevado preço histórico. A igualdade formal, jurídica da sociedade capitalista e da racionalidade capitalista aplicava-se agora tanto ao contrato marital como ao contrato de trabalho. Em ambos os casos, a paridade nominal encobre exploração e desigualdade reais. Mas, em ambos, a igualdade formal é ela mesma um progresso relativo, que pode ajudar a tornar possível um novo avanço.

A situação hoje é definida por uma nova contradição. Uma vez estabelecida a igualdade conjugal formal (monogamia), a liberdade sexual como tal – que sob condições poligâmicas era usualmente uma forma de exploração – torna-se, pratica-

216 Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 203-232, 1. - 2. sem. 2006



GÊNERO

mente, uma possível força de libertação. Significa então, simplesmente, liberdade para ambos os sexos para transcender os limites das atuais instituições sexuais.

Historicamente, então, tem havido um movimento dialético, em que a expressão sexual foi “sacrificada” em uma época de repressão mais ou menos puritana, que, não obstante, produziu uma maior paridade dos papéis sexuais, que, por sua vez, cria a pré-condição para uma libertação sexual genuína, no sentido duplo de igualdade e liberdade – cuja unidade define o socialismo.

Este movimento pode ser verificado dentro da história dos “sentimentos”. O culto do amor surge somente no século doze, em oposição a formas maritais legais e com uma valorização exaltada das mulheres (o amor galanteador). Ele, daí em diante, tornou-se gradativamente difundido, e foi assimilado ao casamento como tal, que, em sua forma burguesa (o amor romântico) tornou-se uma escolha *livre* para *toda a vida*. O que é chocante aqui é que a monogamia como uma instituição no Ocidente antecipou-se à idéia de amor em muitos séculos. Os dois têm sido posteriormente harmonizados de forma oficial, mas a tensão entre eles jamais foi abolida. Há uma contradição formal entre o caráter contratual voluntário do “casamento” e o caráter espontâneo incontrolável do “amor” – a paixão que é celebrada precisamente pela sua força involuntária. A noção de que ela ocorre somente uma vez em cada vida, e pode, por esta razão, ser integrada em um contrato voluntário, torna-se cada vez menos plausível à luz da experiência diária – uma vez que a repressão sexual como um sistema psicoideológico torna-se em tudo distendida.

Obviamente, a principal quebra no padrão tradicional de valor foi até agora o aumento da experiência sexual pré-marital. Isto está agora virtualmente legitimado na sociedade burguesa contemporânea. Mas, suas implicações são explosivas para a concepção ideológica do casamento que domina esta sociedade: a de um vínculo exclusivo e permanente. Uma antologia americana recente, *A Família e a Revolução Sexual*, revela isto com muita clareza:

No que se refere às relações extra-maritais, os anti-sexualistas ainda estão enfrentando uma luta dura, se perdida. O próprio imo da ética sexual judaico-cristã é de que os homens e as mulheres devem permanecer virgens até o casamento e que devem permanecer cem por cento fiéis após o casamento. Com relação à castidade pré-marital, esta ética parece estar a caminho da porta de saída, e, em muitas áreas da população, torna-se cada vez mais um princípio morto.³¹

A onda atual de liberalização sexual no presente contexto poderia conduzir a uma liberdade geral maior das mulheres. Igualmente, poderia pressagiar novas formas de opressão. A criação puritano-burguesa da mulher como uma “contraparte” produziu a *pré-condição* para a emancipação. Mas deu igualdade legal estatutária aos sexos, ao preço de repressão grandemente intensificada. Posteriormente – como a própria propriedade privada – tornou-se um freio no desenvolvimento ulterior de uma sexualidade livre. As relações mercadológicas capitalistas têm sido histórica-

Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 203-232, 1. - 2. sem. 2006 217





GÊNERO

mente uma pré-condição do socialismo; as relações maritais burguesas (ao contrário do que denuncia o *Manifesto Comunista*) podem igualmente ser uma pré-condição para a libertação das mulheres.

Socialização

O destino biológico como mãe torna-se uma vocação cultural em seu papel como socializadora das crianças. Criando-as, a mulher atinge sua principal definição social. Sua adequabilidade para a socialização nasce de sua condição psicológica; sua capacidade para amamentar e a relativa inabilidade ocasional para empreender trabalho extenuante pesam. Deveria ter sido dito de início que adequabilidade não é inevitabilidade. Lévi-Strauss escreve:

Em todo grupo humano, as mulheres dão à luz as crianças e cuidam delas, e os homens têm antes como sua especialidade a caça e as atividades guerreiras. Mesmo aí, contudo, temos casos ambíguos: naturalmente os homens jamais dão à luz uma criança, mas em muitas sociedades... são levados a agir como se o tivessem feito.³²

A descrição de Evans Pritchard da Tribo Nuer pinta exatamente esta situação. E outro antropólogo, Margaret Mead, faz comentários sobre o elemento de desejo-realização na suposição de uma correlação *natural* entre a feminilidade e a nutrição:

Temos presumido que, porque é conveniente para uma mãe desejar cuidar de seu filho, este é um traço com que as mulheres foram mais generosamente dotadas, por um cuidadoso processo teleológico de evolução. Temos presumido que, porque os homens têm caçado, uma atividade que requer empreendimento, bravura e iniciativa, eles foram dotados destas valiosas aptidões como parte do seu temperamento-sexo.³³

No entanto, a concessão cultural dos papéis no trato das crianças – e os limites de sua variabilidade – não se constitui no problema essencial a ser examinado. O que é bem mais importante é analisar a natureza do próprio processo de socialização e suas exigências.

Parsons em sua análise detalhada afirma ser essencial para a criança ter dois “pais”, um que representa um papel “expressivo” e outro que representa um papel “instrumental”.³⁴ A família nuclear gira em torno dos dois eixos da hierarquia familiar e destes dois papéis. Em linguagem tipicamente parsoniana, ele afirma que “pelo menos um aspecto fundamental da situação externa dos sistemas sociais – aqui um aspecto do organismo psicológico – é um ponto crucial de referência para a diferenciação na família. Repousa na divisão dos organismos em classes de lactantes e não-lactantes.” Em todos os grupos, afirmam ele e seus colegas, mesmo naquelas tribos primitivas discutidas por Pritchard e Mead, o macho representa o papel instrumental em relação à esposa-mãe. Em uma fase, a mãe representa um papel instrumental e

218 Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 203-232, 1. - 2. sem. 2006



GÊNERO

expressivo *vis-à-vis* com seu filho: isto ocorre pré-edipianamente, quando ela é a fonte de aprovação e desaprovação, bem como de amor e carinho. No entanto, após isso, o pai, ou o homem que o substitui (nas sociedades matrilineais, o irmão da mãe) assume o papel. Em uma sociedade industrial moderna, dois tipos de papel são claramente importantes: os papéis familiares adultos de procriação, e o papel ocupacional adulto. A função da família como tal reflete a função das mulheres dentro dela; é primordialmente expressiva. A pessoa representando o papel integrado-adaptável-expressivo não pode estar afastada durante todo o tempo das tarefas instrumental-ocupacionais – daí existir uma inibição estabelecida quanto ao trabalho da mulher fora de casa. A análise de Parsons deixa claro o exato papel do socializador materno na sociedade americana contemporânea.³⁵ Mas não prossegue até afirmar que outros aspectos e modos de socialização são concebíveis. O que é valioso no trabalho de Parsons é simplesmente sua insistência a respeito da importância central da socialização como um processo que é constitutivo de qualquer sociedade (nenhum marxista até agora forneceu uma análise comparável). Sua conclusão geral é que:

Parece não ter qualificação séria a opinião de competentes psicólogos de que, embora as personalidades difiram grandemente em seu grau de rigidez, certos padrões fundamentais amplos de “caráter” estão enraizados na infância (na medida em que não são geneticamente herdados) e não são radicalmente modificados pela experiência adulta. O grau exato em que este é o caso, ou o exato nível de idade em que a plasticidade se torna grandemente diminuída, não estão em discussão aqui. O importante é o fato da formação de caráter na infância, e sua relativa estabilidade após esta fase.³⁶

Infância

Isto parece indiscutível. Uma das grandes revoluções da psicologia moderna foi a descoberta de um peso específico decisivo da infância, no curso de uma vida individual – um tempo psíquico proporcionalmente maior do que o tempo cronológico. Freud iniciou a revolução com seu trabalho sobre a sexualidade infantil; Klein radicalizou-a com seu trabalho sobre o primeiro ano de vida da criança. O resultado é que hoje sabemos bem mais do que jamais soubemos antes o quão delicado e precário é para qualquer pessoa o processo de passagem do nascimento até a infância. O destino da personalidade adulta pode ser em grande parte decidido nos meses iniciais da vida. As pré-condições para a estabilidade posterior e a integração exigem um grau extraordinário de cuidado e inteligência da parte do adulto que está socializando a criança, bem como uma perseverança através do tempo, da mesma pessoa.

Estes indiscutidos avanços na compreensão científica da infância têm sido amplamente usados como um argumento para se reafirmar a função maternal essencial das mulheres, numa época em que a família tradicional parecia cada vez mais



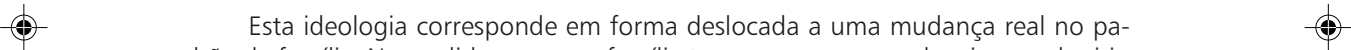
GÊNERO

corroída. Bowlby, estudando as crianças evacuadas na Segunda Guerra Mundial, declarou: “é essencial para a saúde mental que o infante e a criança pequena experimentem uma relação calorosa, íntima e contínua com sua mãe”,³⁷ estabelecendo uma tendência que se tornou cumulativa desde então. A ênfase da ideologia familiar afastou-se de um culto do juízo biológico da maternidade (a dor que torna a criança preciosa, etc.) indo para uma celebração do cuidado materno como um ato social. Isto pode chegar a extremos ridículos:

Para a mãe, a amamentação se torna um complemento do ato de criação. Dá-lhe um elevado senso de realização e lhe permite participar de um relacionamento tão próximo da perfeição quanto qualquer outro que a mulher pode esperar conseguir... O simples fato de dar à luz, no entanto, não preenche esta necessidade e este anseio, por si só... A maternidade é um modo de vida. Permite a uma mulher expressar seu eu total, com os sentimentos ternos, as atitudes protetoras e o amor envolvente de uma mulher maternal.³⁸

As tautologias, as mistificações (um *ato* de criação, certamente um *processo*?) os puros absurdos... “tão próximos da perfeição quanto qualquer outro que a mulher pode esperar conseguir”... indicam o abismo entre a realidade e a ideologia.

Padrões familiares



Esta ideologia corresponde em forma deslocada a uma mudança real no padrão da família. Na medida em que a família tornou-se menor, cada criança adquiriu maior importância; o *ato* atual de reprodução ocupa cada vez menos tempo e o processo de socialização e nutrição aumenta ponderavelmente em significação. A sociedade burguesa está obcecada pelos problemas físicos, morais e sexuais da infância e adolescência.³⁹ A responsabilidade última deles está com a mãe. Assim, o papel “maternal” da mãe recuou, enquanto seu papel socializante aumentou. Na década de 1890, na Inglaterra, uma mãe passava quinze anos em estado de gravidez e amamentação; na década de 1960, passa uma média de quatro anos. A escola obrigatória a partir dos cinco anos de idade, sem dúvida, reduz a função maternal em grande parte, após os anos iniciais vulneráveis.

A situação atual é então de tal ordem que nela a importância qualitativa da socialização durante os primeiros anos da vida da criança adquiriu uma significação bem maior do que no passado – enquanto a soma quantitativa da vida de uma mãe gasta tanto na gestação como na educação da criança diminui grandemente. Segue daí que a socialização não pode simplesmente ser elevada ao nível de uma nova vocação maternal da mulher. Usada como uma mística, torna-se um instrumento de opressão. Além disso, não há razão inerente para que a mãe biológica e social devam coincidir. O processo de socialização é, no sentido kleiniano, invariável – mas a pessoa do socializador pode variar.

220 Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 203-232, 1. - 2. sem. 2006



GÊNERO

Bruno Bettelheim, observando métodos de *kibbutz*, nota que a criança educada por uma enfermeira treinada (embora normalmente amamentada pela mãe) não sofre a instabilidade de ansiedades parentais típicas e, assim, pode lucrar com o sistema.⁴⁰ Esta possibilidade não deveria ser fetichizada, por sua vez (Jean Baby, falando da criança após os quatro anos de idade, vai ao ponto de dizer que “a separação completa parece indispensável para garantir a liberdade da criança, bem como da mãe”).⁴¹ O que ela na verdade revela é a viabilidade de várias formas de socialização – nem necessariamente ligadas à família nuclear, nem ao pai biológico.

Conclusão

A lição destas reflexões é que a libertação das mulheres só pode ser conseguida se *todas as quatro* estruturas em que elas estão integradas forem transformadas. Uma modificação de qualquer uma delas pode ser anulada pelo reforçamento de outra, de tal forma que apenas uma mera permutação da forma venha a ser conseguida. A história dos últimos sessenta anos fornece amplas provas disso. No início do século vinte, o feminismo militante na Inglaterra ou nos Estados Unidos ultrapassou o movimento operário na violência de seu assalto contra a sociedade burguesa, na luta pelo voto. Este direito político foi eventualmente conquistado. A despeito disso, ainda que uma simples complementação da igualdade legal da sociedade burguesa, deixou a situação socioeconômica das mulheres virtualmente inalterada. O legado maior do sufrágio foi nulo: as sufragistas demonstraram-se incapazes de ir além de suas reivindicações iniciais, e muitas de suas figuras de liderança tornaram-se mais tarde extremamente reacionárias. A revolução russa produziu uma experiência bem diferente. Na União Soviética, na década dos vinte, surgiu uma avançada legislação social visando a libertação das mulheres, acima de tudo no campo sexual: o divórcio foi tornado livre e automático para qualquer das partes, liquidando assim efetivamente o casamento; a ilegitimidade foi abolida, o aborto liberado, etc. Os efeitos sociais e demográficos destas leis numa sociedade baixa, semi-alfabetizada, curvada diante da rápida industrialização (necessitando, por esta razão, de uma alta taxa de natalidade) foram – previsivelmente – catastróficos. O stalinismo em breve produziu uma restauração das normas tradicionais de ferro. A herança foi restabelecida, o divórcio tornado inacessível, o aborto ilegal, etc.

O Estado não pode existir sem a família. O casamento é um valor positivo para o Estado socialista soviético somente se as partes vêem nele uma união por toda a vida. O chamado amor livre é uma invenção burguesa e nada tem em comum com os princípios de conduta de um cidadão soviético. Além disso, o casamento recebe seu pleno valor para o Estado somente se há filhos, e os consortes experimentam a mais elevada satisfação da paternidade

escreveu o jornal oficial do Commissariado da Justiça, em 1939.⁴² As mulheres ainda mantinham o direito e a obrigação de trabalhar, mas porque estas conquistas não haviam sido integradas nas tentativas anteriores de se abolir a família e de se estabelecer a liberdade sexual, não ocorreu qualquer libertação geral. Na China, ainda ou-

Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 203-232, 1. - 2. sem. 2006 221



GÊNERO

tra experiência está sendo realizada hoje. Em uma nova fase da revolução, toda a ênfase está sendo colocada na libertação das mulheres na *produção*. Isso tem resultado em uma impressionante promoção social das mulheres. Mas, tem sido acompanhado por uma tremenda repressão sexual e um rigoroso puritanismo (atualmente predominante na vida cívica). Isto corresponde não apenas à necessidade de se mobilizar maciçamente as mulheres para a vida econômica, mas a uma profunda reação cultural contra a corrupção e a prostituição prevalentes na China imperial e do Kuo Ming Tang (um fenômeno diferente de qualquer outro na Rússia czarista). Porque a exploração das mulheres era tão grande no *ancien régime*, a participação das mulheres em nível municipal na revolução chinesa foi singularmente intensa. Quanto à reprodução, o culto russo da maternidade nas décadas dos trinta e dos quarenta não tem sido repetido por razões demográficas: sem dúvida, a China pode ser um dos primeiros países do mundo a fornecer anticoncepcionais grátis, com autorização do Estado, em uma escala universal, à população. Novamente, no entanto, dado o baixo nível de industrialização, e o temor produzido pelo cerco imperialista nenhum avanço geral poderia ser esperado.

Somente nas sociedades altamente desenvolvidas do Ocidente pode ser entrevista hoje uma libertação autêntica das mulheres. Mas para que isto ocorra, deve haver uma transformação de todas as estruturas em que elas estão integradas, e uma “*unité de rupture*”.⁴³ Um movimento revolucionário deve basear sua análise no desenvolvimento desigual de cada uma, a atacar o elo mais fraco na combinação. Isto pode então tornar-se o ponto de partida para uma transformação geral. Qual é a situação das diferentes estruturas, hoje?

1. PRODUÇÃO: O desenvolvimento a longo prazo das forças de produção deve comandar qualquer perspectiva socialista. As esperanças que o advento da tecnologia suscitou no século dezenove já foram discutidas. Demonstraram-se ilusórias. Hoje, a automação promete a possibilidade *técnica* de se abolir completamente a diferença física entre o homem e a mulher na produção, mas, sob as relações capitalistas de produção, a possibilidade social desta abolição está permanentemente ameaçada, e pode facilmente ser transformada em seu oposto, a diminuição efetiva do papel da mulher na produção, conforme os contratos da força de trabalho.

Isto diz respeito ao futuro, presentemente o principal fato a registrar é que o papel da mulher na produção está virtualmente estacionário, e assim tem estado há bastante tempo. Na Inglaterra, em 1911, trinta por cento da força de trabalho constituía-se de mulheres; na década dos sessenta, trinta e quatro por cento. Também a composição destes empregos não mudou de modo decisivo. Os empregos são muito raramente “carreiras”. Quando não estão nas posições mais baixas no terreno fabril, são normalmente posições burocráticas auxiliares (como as secretárias) – complementares aos papéis masculinos. São freqüentemente empregos com uma natureza “expressiva” elevada, tais como tarefas de “serviço”. Parsons diz estupidamente: “Dentro da organização ocupacional, são análogos ao papel da esposa-mãe na

222 Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 203-232, 1. - 2. sem. 2006





GÊNERO

família".⁴⁴ O sistema educacional sustenta esta dualidade estrutura-papel. Setenta e cinco por cento das moças de dezoito anos na Inglaterra não estão recebendo nem educação nem treinamento, hoje em dia. O padrão do pai "instrumental" e da mãe "expressiva" não é substancialmente modificado quando a mulher está remuneradamente empregada, pois seu emprego tende a ser inferior ao do homem, ao qual a família então se adapta.

Assim, em todos os pontos essenciais, o trabalho como tal – na quantidade e tipo efetivamente disponíveis hoje – não se demonstrou ser uma salvação para as mulheres.

2. REPRODUÇÃO: O avanço científico na anticoncepção, como vimos, poderia ter transformado a reprodução involuntária – que é responsável pela vasta maioria de nascimentos no mundo, hoje, e por uma proporção maior mesmo no Ocidente – em fenômeno do passado. Mas os anticoncepcionais orais – que até agora foram desenvolvidos em uma forma que repete exatamente a desigualdade sexual na sociedade ocidental – estão apenas em seu início. São inadequadamente distribuídos através de classes e países, e esperam novos aprimoramentos técnicos. Seu principal impacto inicial será nos países desenvolvidos, provavelmente psicológico – certamente libertará a experiência sexual das mulheres de muitas das ansiedades e inibições que sempre a afligiram.⁴⁵ Divorciará definitivamente o sexual da procriação, como complementos necessários.

O padrão demográfico da reprodução no Ocidente pode ou não ser amplamente afetado pela anticoncepção oral. Um dos fenômenos mais contundentes dos anos mais recentes nos Estados Unidos tem sido o súbito aumento na taxa de natalidade. Na última década, foi mais alto do que em países subdesenvolvidos, como Índia, Paquistão e Burma. Na verdade, isto reflete simplesmente a carga econômica mais leve de uma família grande em condições de impulso econômico, no país mais rico do mundo. Mas reflete também o engrandecimento da ideologia familiar como força social. Isto conduz à estrutura seguinte.

3. SOCIALIZAÇÃO: As mudanças na composição da força de trabalho, o tamanho da família, a estrutura da educação, etc. – embora limitados de um ponto de vista ideal – sem dúvida diminuirão a função social e a importância da família. Como uma organização, ela não é uma unidade significativa no sistema de poder político, desempenha uma parte pequena na produção econômica e é raramente a única agência de integração na sociedade maior; assim, em nível macroscópico, serve a muito poucos fins.

O resultado tem sido um maior deslocamento da ênfase na função psicossocial da família, para a criança e para o casal.⁴⁶ Parsons escreve: "O sentido da evidência indica o início de uma relativa estabilização de um *novo tipo* de estrutura familiar, em uma nova relação com uma estrutura social geral, em que a família é mais espe-



GÊNERO

cializada do que antes, mas de forma alguma menos importante, porque a sociedade é dependente *mais* exclusivamente dela, pela realização de *certas* de suas funções vitais.⁴⁷ O núcleo vital da verdade na ênfase da socialização da criança já foi discutido. É essencial que os socialistas o reconheçam e o integrem inteiramente em qualquer programa pela libertação das mulheres. É notável que o recente trabalho de “vanguarda” de marxistas franceses – Baby, Sullerot, Texier – conceda ao problema sua importância real. No entanto, não há dúvida que a necessidade das crianças de cuidado permanente e inteligente nos primeiros três ou quatro anos de vida pode ser (e tem sido) explorada ideologicamente de modo a perpetuar a família como uma unidade total, quando suas outras funções se encontram em visível declínio.

Sem dúvida, a tentativa de se focalizar a existência das mulheres exclusivamente na criação dos filhos, é manifestamente prejudicial às crianças. A socialização como um processo excepcionalmente delicado requer um socializador sereno e amadurecido – um tipo que as frustrações de um papel *puramente* familiar não são suscetíveis de produzir. A maternidade exclusiva é freqüentemente, neste sentido, “contraprodutiva”. A mãe descarrega suas próprias frustrações e ansiedades em uma fixação na criança. Uma maior conscientização da importância crítica da socialização, longe de levar a uma restituição dos clássicos papéis maternos, deveria conduzir a uma reconsideração deles – do que faz um bom agente socializador, que possa genuinamente fornecer segurança e estabilidade à criança.

O mesmo argumento se aplica, *a fortiori*, ao papel psicossocial da família para o casal. As crenças de que a família fornece um enclave inexpugnável de intimidade e segurança em um atomizado e caótico chega ao absurdo – que a família possa ser isolada da comunidade, e que suas relações internas não venham a reproduzir, em seus próprios termos, as relações externas que dominam a sociedade. A família como refúgio em uma sociedade burguesa torna-se inevitavelmente um reflexo dela.

4. SEXUALIDADE: É difícil deixar de concluir que a maior estrutura que se encontra atualmente em rápida evolução é a sexual. A Produção, Reprodução e Socialização estão todas mais ou menos estacionárias no Ocidente, hoje, no sentido de que não se têm modificado há três ou mais décadas. Não há, além disso, qualquer *exigência* ampla de modificação nelas, por parte das próprias mulheres – a ideologia governante tem impedido efetivamente a consciência crítica. Contrastando com isso a ideologia sexual dominante está se demonstrando cada vez menos bem-sucedida na regulamentação do comportamento espontâneo. O casamento, em sua forma clássica, está cada vez mais ameaçado pela liberalização das relações antes e depois dele, que afeta todas as classes, hoje em dia. Neste sentido, é evidentemente o elo mais fraco da cadeia – a estrutura particular que é campo das maiores contradições. O potencial progressista destas contradições já foi enfatizado. Em um contexto de igualdade jurídica, a liberação da experiência sexual das relações que são estranhas a ela – se procriação ou propriedade – poderia levar à verdadeira liberdade inter-sexual. Mas poderia também conduzir simplesmente a novas formas de ideologia e prática

224 Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 203-232, 1. - 2. sem. 2006



GÊNERO

neocapitalistas. Pois uma das forças por trás da atual aceleração da liberdade sexual tem sido sem dúvida a conversão do capitalismo contemporâneo de um *ethos* produção-e-trabalho em um *ethos* consumo-e-divertimento. Rierman comentou este desenvolvimento no início da década dos cinqüenta:

[...] não há apenas um aumento no lazer, mas o próprio trabalho torna-se tanto menos interessante como menos exigente para muitos... mais do que antes, enquanto diminui a disposição para o trabalho, o sexo penetra nas horas vagas, bem como nos momentos de entretenimento. É visto como um bem de consumo não apenas pelas velhas classes desocupadas, mas pelas modernas massas descansadas.⁴⁸

O ponto principal do argumento de Riesman é que em uma sociedade enfastiada pelo trabalho, o sexo é a única atividade, a única reminiscência das energias que se possui, o único ato competitivo; a última defesa contra a *vis inertiae*. A mesma visão pode ser encontrada, com maior profundidade teórica, na noção de Marcuse de “de-sublimação repressiva” – a libertação da sexualidade para sua própria frustração no serviço de uma máquina social totalmente coordenada e envenenada.⁴⁹ A sociedade burguesa atualmente pode bem arcar com uma área de jogo sexual pré-marital não-procriativo. Mesmo o casamento pode salvar-se aumentando os índices de divórcio e recasamentos, significando a importância da própria instituição. Estas considerações tornam claro que a sexualidade, embora possa presentemente conter o maior potencial para a libertação – pode igualmente ser organizada contra qualquer aumento de suas possibilidades humanas. Novas formas de reificação estão emergindo, que podem esvaziar a liberdade sexual de qualquer significado. Isto é um lembrete de que, embora uma estrutura possa ser o *elo mais fraco* em uma unidade como a da condição da mulher, jamais pode haver uma solução através dela tomada isoladamente. O utopismo de Fourier ou Reich foi precisamente pensar que a sexualidade poderia inaugurar uma tal solução geral. A observação de Lênin a Clara Zetkin é um corretivo salutar, se exagerada: “Quão bravia e revolucionária possa ser (a liberdade sexual), ainda é na verdade bem burguesa. É, principalmente, um *hobby* dos intelectuais e das áreas mais próximas a eles. Não há lugar para ela no partido, na consciência de classes, na luta, no proletariado”.⁵⁰ Pois uma solução geral só pode ser encontrada em uma estratégia que afete *todas* as estruturas da exploração das mulheres. Isto significa a rejeição de duas crenças dominantes na esquerda:

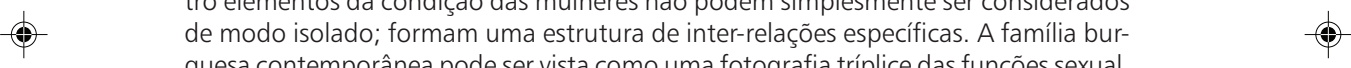
Reformismo: Esta agora assume a forma de limitadas reivindicações de melhoramentos: paridade salarial para as mulheres, mais escolas do tipo creche, melhores facilidades de retreinamento, etc. Em sua versão contemporânea, está completamente divorciada de qualquer crítica fundamental da condição das mulheres ou qualquer visão de sua libertação real (nem sempre foi assim). Na medida em que representa um tépido adorno do *status quo*, deixa uma essência progressista bem limitada.



GÊNERO

Voluntarismo: Esta assume a forma de exigências maximalistas – a abolição da família, a eliminação de todas as restrições sexuais, a separação obrigatória de pais e filhos – que não tem chance de conquistar qualquer apoio amplo atualmente, e que serve apenas como um substituto para o trabalho da análise teórica ou persuasão prática. Ordenando todo o assunto em termos totalmente intransigentes, o voluntarismo objetivamente ajuda a mantê-lo fora do campo da discussão política normal.

Qual, então, é a atitude revolucionária responsável? Ela deve incluir tanto reivindicações imediatas como fundamentais, em uma crítica única do *conjunto* da situação das mulheres, que não fetichize qualquer dimensão dela. O desenvolvimento industrial moderno, como tem sido visto, tende para a separação da função originariamente unificada da família – procriação, socialização, sexualidade, subsistência econômica, etc. – mesmo se esta “diferenciação estrutural” (para usar um termo de Parsons) tenha sido reprimida e dissimulada pela manutenção de uma poderosa ideologia familiar. Esta diferenciação fornece a base histórica real para as exigências ideais que deveriam ser apresentadas: a diferenciação estrutural é precisamente o que distingue uma sociedade avançada de outra primitiva (em que todas as funções sociais são fundidas *en bloc*).⁵¹



Em termos práticos, isto significa um sistema coerente de exigências. Os quatro elementos da condição das mulheres não podem simplesmente ser considerados de modo isolado; formam uma estrutura de inter-relações específicas. A família burguesa contemporânea pode ser vista como uma fotografia tríplice das funções sexual, reprodutiva e socializante (o mundo da mulher) abraçadas pela produção (o mundo do homem) – precisamente uma estrutura que em última análise é determinada pela economia. A exclusão das mulheres da produção – atividade social humana – e seu confinamento a uma condensação monolítica de funções em uma unidade – a família – que é unificada exatamente na *parte natural* de cada função, é a causa mas profunda da definição *social* contemporânea das mulheres como seres *naturais*. Por esta razão, a principal esperança de qualquer movimento de emancipação ainda deve se concentrar no elemento econômico – a entrada das mulheres, de modo pleno, na indústria pública. O erro dos antigos socialistas era ver os outros elementos como reduzíveis ao econômico; daí o apelo pela entrada das mulheres na produção ser acompanhado pelo *slogan* puramente abstrato da abolição da família. As exigências econômicas ainda são primordiais, mas devem ser acompanhadas por políticas coerentes para os outros três elementos, políticas que em conjunturas particulares podem ocupar o papel primordial na ação imediata.

Economicamente, a exigência mais elementar não é o direito ao trabalho ou a receber salários iguais pelo serviço prestado – as duas reivindicações reformistas tradicionais – mas o *direito ao trabalho igual*. Atualmente, as mulheres realizam trabalhos não especializados, sem caráter criador, que podem ser vistos como “extensões” de seu papel familiar expressivo. São esmagadoramente cabeleireiras, datilógrafas,



GÊNERO

garçonetes, faxineiras, burocratas. Na classe trabalhadora, a mobilidade ocupacional é, contudo, algumas vezes mais fácil para as moças do que para os rapazes – podem entrar em um setor burocrático em nível mais baixo. Mas somente duas em cada cem mulheres encontram-se em cargos administrativos ou empresariais, e menos de cinco em cada mil, nas profissões. As mulheres mal são sindicalizadas (25 por cento) e recebem menos dinheiro do que os homens pelo trabalho manual que realizam: em 1961, o salário industrial médio para as mulheres era menor do que a metade do dos homens, o que, mesmo descontando o trabalho em tempo parcial, representa um aumento maciço da exploração por parte do empregador.

Educação

Toda a pirâmide de discriminação descansa sobre uma sólida base extra-econômica – educação. A reivindicação por trabalho igual, na Inglaterra, deveria acima de tudo assumir a forma de uma exigência por um *igual sistema educacional*, já que isto é atualmente o principal filtro considerado isoladamente de seleção das mulheres para os trabalhos inferiores. Presentemente, há algo parecido com educação igual para ambos os sexos até os 15 anos. Depois disso, três vezes mais rapazes do que moças prosseguem em sua educação. Somente um em cada três vestibulandos aprovados em nível A, e um em cada quatro estudantes universitários, são mulheres. Não há qualquer prova de progresso. A proporção de estudantes universitários do sexo feminino é a mesma que era na década dos vinte. Até que estas injustiças estejam terminadas, não há chance de trabalho igual para as mulheres. Não é necessário dizer que a natureza do sistema educacional, que atualmente instila a limitação da aspiração nas moças, precisa ser modificada tanto como os métodos de seleção. A educação é provavelmente a área-chave para o avanço econômico imediato, no momento.

Somente se for fundada na igualdade, a produção pode ser verdadeiramente diferenciada da reprodução e da família. Mas isto exige, em troca, todo um conjunto de solicitações não-econômicas, como complemento. Reprodução, sexualidade e socialização também precisam ser libertadas de formas coercitivas de unificação. Tradicionalmente, o movimento socialista tem pedido a “abolição da família burguesa”. Este *slogan* deve ser rejeitado como incorreto, hoje. É maximalista no mau sentido, colocando uma reivindicação que se constitui simplesmente em uma negação, sem qualquer construção coerente posterior a ela. Sua fraqueza pode ser vista quando a comparamos ao apelo pela abolição da posse privada dos meios de produção, cuja solução – a propriedade social – está contida na própria negação. O próprio Marx aliou as duas, e sugeriu a igual futilidade das duas exigências: “[...] esta tendência de se opor a propriedade privada geral à propriedade privada está expressa de forma animal; o casamento... está em contraste com a comunidade de mulheres, em que as mulheres se tornam propriedade comunal e comum.”⁵² As razões para a fraqueza histórica da noção estão no fato de que a família jamais foi analisada estru-

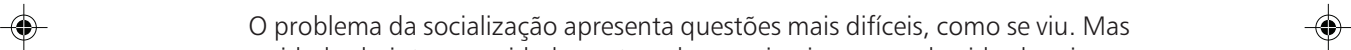
Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 203-232, 1. - 2. sem. 2006 227



GÊNERO

turalmente – em termos de suas diferentes funções. Foi uma entidade hipostasiada; a abstração de sua abolição corresponde à abstração de sua concepção. A preocupação estratégica para os socialistas deveria ser com a igualdade dos sexos, não com a abolição da família. As conseqüências desta exigência não são menos radicais, mas são concretas e positivas, e podem ser integradas no curso real da história. A família, como existe atualmente, é na verdade incompatível com a igualdade dos sexos. Mas esta igualdade não virá de sua abolição administrativa, mas da diferenciação histórica de suas funções. A reivindicação revolucionária deveria ser pela libertação destas funções de uma fusão monolítica que oprime cada uma delas. Assim, a dissociação da reprodução da sexualidade liberta a última da alienação na reprodução indesejada (e o temor disto), e a reprodução da subjugação ao acaso e à causalidade incontrollável. É assim uma exigência elementar pressionar-se pelo livre fornecimento estatal de anticoncepcionais orais. A legalização do homossexualismo – que é uma das formas de sexualidade não-reprodutiva – deveria ser apoiada exatamente pela mesma razão, e as campanhas regressivas contra ele em Cuba ou qualquer outra parte deveriam ser criticadas sem hesitação. A abolição direta da ilegitimidade como uma noção legal, como na Suécia e Rússia, tem uma implicação semelhante; separaria civicamente o casamento da paternidade.

Da natureza à cultura



O problema da socialização apresenta questões mais difíceis, como se viu. Mas a necessidade de intenso cuidado maternal nos primeiros anos de vida da criança não significa que a atual forma sancionada de socialização, considerada isoladamente – casamento e família – seja inevitável. Longe disso. A característica fundamental do sistema presente de casamento e família é o seu *monolitismo*, em nossa sociedade: há somente uma forma institucionalizada de relacionamento intersexual ou interprocriativo possível. É isto ou nada. Eis porque ela é essencialmente uma negação da vida. Pois toda a experiência humana mostra que os relacionamentos intersexual e interprocriativo são infinitamente variados – sem dúvida, grande parte de nossa literatura criadora é uma celebração de fato – enquanto a expressão institucionalizada deles em nossa sociedade capitalista é totalmente simples e rígida. A pobreza e simplicidade das instituições nesta área da vida é que constituem tal opressão. Qualquer sociedade exigirá algum reconhecimento institucionalizado e social das relações pessoais. Mas não há absolutamente razão para que deva existir apenas uma única forma legítima – e uma multidão de experiências não legitimadas. O socialismo deveria significar propriamente não a abolição da família, mas a diversificação das relações socialmente reconhecidas que são hoje, forçosa e rigidamente, impelidas na sua direção. Isto significaria uma escala variada de instituições – onde a família é apenas uma, e a sua abolição implica em nenhuma. Os casais vivendo juntos, ou os que não vivem reunidos, as uniões a longo prazo com filhos, pais sozinhos criando os filhos, crianças socializadas por pais convencionais antes que biológicos, grupos aparentados estendidos, etc. – todos estes casos deveriam ser

228 Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 203-232, 1. - 2. sem. 2006



GÊNERO

envolvidos em uma escala de instituições que irmanasse a livre invenção e a variedade de homens e mulheres.

Seria ilusório julgar e especificar estas instituições. As considerações circunstanciais sobre o futuro são idealistas, e, o que é pior, estatísticas. O socialismo será um processo de transformação, de mudança. Uma imagem fixa do futuro é a-histórica no pior sentido; a forma que o socialismo assumir dependerá do tipo precedente de capitalismo e da natureza de seu colapso. Como Marx escreveu:

O que (é progresso) se não a elaboração absoluta das disposições criadoras (do homem), sem quaisquer pré-condições outras que a evolução histórica antecedente, que torna a totalidade desta evolução – isto é, a evolução de todas as forças humanas como tal, sem que as meçam com qualquer padrão *previamente estabelecido* – um fim em si? O que é isto, se não uma situação onde o homem não se reproduz em qualquer forma determinada, mas produz sua totalidade? Onde ele não procura permanecer como algo formado pelo passado, mas é o movimento absoluto do “devenir”?⁵³

A libertação das mulheres sob o socialismo não será racional, mas uma conquista humana, na longa passagem da Natureza para a Cultura, que é a definição da história e da sociedade.

Notas:

·A Editoria da revista optou por publicar esta tradução, editada na *Revista Civilização Brasileira*, número 14, em julho de 1967. O artigo foi digitado por Sharon Teixeira Ohana.

¹ TOWSEND, Peter. *A society for people*. Conviction: Norman Mackenzie, 1958. p. 119-20.

² BEBEL, August. *Die Frau und der Sozialismus*. 1983.

³ FOURIER, Charles. *Théorie des Quatre Mouvements*. In: _____. *Oeuvres Complètes*. t. I, p. 195. 1841.

⁴ MARX, Karl. *Propriedade privada e comunismo*. 1844.

⁵ MARX, Karl. *A ideologia alemã*. 1845-46.

⁶ MARX, Karl. *O capital*. 1867.

⁷ ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884). In: MARX; ENGELS. *Selected works*. 1962.

⁸ Ibid.

⁹ Ibid.

¹⁰ BEBEL, August. *Die Frau und der Sozialismus*. 1983.

¹¹ V. I: Lênin: *As tarefas do proletariado em Nossa Revolução* (1917) em *Collected Works*, n. XXIV, p. 70.

¹² DE BEAUVOIR, Simone. *Force of circumstance*. 1965. p. 192.

¹³ Ver ALTHUSSER, Louis. *Contradiction et Surdetermination*. In: *Pour Marx*. 1965. Althusser apresenta a noção de uma totalidade complexa em que cada setor independente tem sua própria realidade autônoma, mas cada um dos quais é finalmente, mas apenas finalmente, determinado pelo econômico. Esta

Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 203-232, 1. - 2. sem. 2006 229

GÊNERO

totalidade complexa significa que nenhuma contradição na sociedade é sempre simples. Como cada setor pode se movimentar num passo diferente, a síntese das diferentes escalas-tempo na estrutura social total significa que algumas vezes as contradições anulam umas as outras e outras reforçam-se entre si. Para descrever esta complexidade, Althusser usa o termo freudiano "superdeterminação". A frase "unite de rupture" (mencionada no texto) refere-se ao momento quando as contradições reforçam-se entre si de modo a se condensarem dentro das condições para uma mudança revolucionária.

¹⁴ Os apologistas que afirmam que o trabalho doméstico, embora consumindo muito tempo, é leve e relativamente agradável, recusam-se a reconhecer a rotina nula e degradante que ele encerra. Lênin comentou, de modo cético: "Todos sabem que, mesmo quando as mulheres têm plenos direitos, ainda permanecem de fato pisadas, porque todo o trabalho doméstico lhes é deixado. Na maioria dos casos, o trabalho caseiro é o mais improdutivo, o mais bárbaro e o mais árduo que uma mulher pode fazer. É excepcionalmente inferior e nada inclui que possa de alguma maneira promover o desenvolvimento da mulher" (Coletânea de Obras). Hoje, calculou-se na Suécia, 2.340 milhões de horas por ano são gastas pelas mulheres no trabalho doméstico, comparadas com 1.290 milhões de horas na indústria. O Chase Manhattan Bank estimou o número total de horas de trabalho de uma mulher em uma média de 99.6 por semana.

¹⁵ MARX, Karl. *O capital*. 1867.

¹⁶ "A mulher africana experimenta uma servidão de três arestas: através do casamento forçado; através do dote e da poligamia, que aumenta o tempo de lazer dos homens e, simultaneamente, seu prestígio social; e, finalmente, através da divisão bem desigual do trabalho." (DUMONT, René. *L'Afrique Noire est Mal Partie*. 1962)

¹⁷ MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*.

¹⁸ ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884). In: MARX; ENGELS. *Selected works*. 1962.

¹⁹ MARX, Karl. *O capital*. 1867.

²⁰ KLEIN, Viola. "Working Wives" – Institute of Personnel Management Occasional. Papers, n. 15, p. 13, 1960.

²¹ A maternidade é o aspecto diferenciador em que ambos os sexos baseiam suas esperanças: para a opressão ou a libertação. A noção da superioridade potencial da mulher por conta de sua função procriativa chega ao absurdo em Margherita Repetto: "Maternità e Famiglia, Condizioni per la Libertà della Donna". *Rivista Trimestrale*, v.11-12, 1964, mas, encontra-se mesmo em SULLEROT, Evelyne. *Demain les femmes*. 1965.

²² ARIÈS, Philippe. *Centuries of Childhood*. 1962, mostra que embora a família possa, em alguma forma, ter sempre existido, esteve freqüentemente submersa sob estruturas mais poderosas. Na verdade, segundo Ariès, ela somente adquiriu seu significado atual com o advento da industrialização.

²³ FROUDE, J. A. *Nemesis of faith*. 1849. p. 103.

²⁴ MARX, Karl: *Chapitre de Marriage*. In: *Oeuvres Completes*. Ed. Molitor Oeuvres Philosophiques. V. 1, p. 25.

²⁵ MARX, Karl. *Propriedade privada e comunismo*. 1884. p. 153.

²⁶ WITTFOGEL, Karl. *Oriental despotism*. 1957. p. 116.

²⁷ ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884). In: MARX; ENGELS. *Selected works*. 1962. v. II, p. 224.

²⁸ STONE, Lawrence. *The crisis of the aristocracy*. 1965. p. 663-64.

230 Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 203-232, 1. - 2. sem. 2006



- ²⁹ DE BEAUVOIR, Simone. *La Marche Longue*. 1957.
- ³⁰ THOMAS, Keith. *Women and the civil war sects, past and present*. n. 13, p. 43, 1958.
- ³¹ ELLIS, Albert. The folklore of sex. In: *The family and the sexual revolution*. Ed. E. M. Schur, 1964. p. 35.
- ³² LÉVI-STRAUSS, Claude. The family. In: *Man, culture and society*. Ed. H. L. Shapiro, 1956. p. 274.
- ³³ MEAD, Margaret. Sex and temperament. In: *The family and the sexual revolution*. Ed. E. M. Schur, 1964. p. 207-8.
- ³⁴ PARSONS, Talcott; BALES, Robert F. *Family, socialization and interaction process*. 1956. p. 313. "A distinção instrumental-expressiva que interpretamos como essencialmente a diferenciação de função e, por esta razão, de influência relativa, em termos de funções "externas" versus "internas" do sistema. A área de função instrumental diz respeito às relações do sistema com sua situação fora do sistema, para atender às condições adaptativas de sua manutenção de equilíbrio, e estabelecer "instrumentalmente" as relações desejadas com relação aos objetos-fim externos. A área expressiva diz respeito às questões "internas" do sistema, a manutenção de relações integradoras entre os membros, e o controle dos padrões e níveis de tensão de suas unidades componentes." (p. 47)
- ³⁵ Uma das principais inovações teóricas de Parsons é sua afirmação de que o que a criança se esforça para interiorizar variará com o conteúdo dos papéis de relacionamento recíproco de que participa. R. D. Laing, em "Family and Individual Structure" (1966) sustenta que a criança pode interiorizar qualquer sistema completo – isto é, "a família".
- ³⁶ PARSONS, Talcott. *The social system*. 1952. p. 227.
- ³⁷ BOWLBY, John apud. BETTELHEIM, Bruno. Does Communal Education work? The Case of the Kibbutz em *The family and the sexual revolution*. Ed. E. M. Schur, 1964. p. 295.
- ³⁸ COUNTRYWOMAN, Betty Ann, *Redbook* (junho de 1960) apud FRIEDAN, Betty. *The feminine mystique*. 1963. p. 58.
- ³⁹ David Riesman, embora observando isto corretamente, faz uma crítica vã do fato: "Tem havido uma tendência na atual pesquisa social, influenciada como está pela psicanálise, de enfatizar e generalizar demasiadamente a importância da fase bem inicial da infância na formação do caráter... Reconhece-se cada vez mais, no entanto, que o caráter pode mudar muito após este período inicial... As culturas diferem amplamente não somente no tempo dos vários passos na formação do caráter, mas também nos agentes em que confiam a cada passo." *The Lonely Crowd*. 1950. p. 38-39.
- ⁴⁰ BETTELHEIM, Bruno. *Does communal education work: The case of the Kibbutz*. p. 303. In: *The family and the sexual revolution*. Ed. E. M. Schur, 1964.
- ⁴¹ BABY, Joan. *Un monde meilleur*. 1964. p. 99.
- ⁴² *Sotsialisticheskaya Zakonnost*, 1939, n. 2 apud. TIMASHEFF, N. The attempt to abolish the family in Russia. In: *The Family*. Ed. N. W. Bell e E. F. Vogel. 1960. p. 59.
- ⁴³ Ver ALTHUSSER, Louis. Contradiction et Surdetermination. In: *Pour Marx*. 1965.
- ⁴⁴ PARSONS, Talcott; BALES, Robert F. *Family, socialization and interaction process*. 1956. p. 15n.
- ⁴⁵ Jean Baby lembra os resultados de um inquérito realizado sobre as atitudes com relação ao casamento, anticoncepcionais e aborto de 3.191 mulheres na Tchecoslováquia, em 1959: 80 por cento das mulheres tinha satisfação sexual limitada por culpa do temor da gravidez. (BABY, Joan. *Un monde meilleur*. 1964. p. 82n)



GÊNERO

⁴⁶ Ver BERGER; KELLNER: *Marriage and the construction of reality*. Diógenes, verão de 1964.

⁴⁷ PARSONS, Talcott; BALES, Robert F. *Family, socialization and interaction process*. 1956. p. 9-10.

⁴⁸ RIESMAN, David. *The lonely crowd*. 1950. p. 154.

⁴⁹ Marcuse oferece a perspectiva de uma sociedade desocupada, produzida pela automação, e a conseqüente mudança de um *ethos* de Prometeu para o outro de Orfeu (o erotismo sobre o esforço de trabalho); e vê nisto a verdadeira libertação da energia sexual para seu próprio fim estético. Embora ilustre a diferença (*Eros and Civilization*. 1955. p. 1978), esta noção está muito próxima das imagens de sociedades primitivas, dominadas pela aura do afrouxamento materno: “[...] a satisfação [...] – seria sem trabalho – isto é, sem o domínio do trabalho alienado sobre a existência humana. Sob condições primitivas, a alienação *ainda não* surgiu por conta do caráter primitivo das próprias necessidades, o caráter rudimentar (pessoal ou sexual) da divisão do trabalho, e a ausência de uma especialização hierárquica institucionalizada de funções. Sob as condições “ideais” da civilização industrial madura, a alienação seria completada pela automatização geral do trabalho, redução do tempo de trabalho a um mínimo, e a permutabilidade de funções, ... a redução do dia de trabalho a um ponto em que o mero quantum do tempo de trabalho já não tolhe o desenvolvimento humano é o primeiro pré-requisito para a liberdade” (p. 138) Contra o uso consumidor do sexo ilustrado por Riesman, Marcuse apresenta a necessidade da igual distribuição do lazer, e, por esta razão, a “regressão a um padrão de vida mais baixo”; um novo conjunto de valores (“satisfação das necessidades humanas básicas, liberdade da culpa e do temor...”) contra uma cultura TV-automatizada. Isto é prematuro.

⁵⁰ ZETKIN, Clara. *Reminiscence of Lênin* (1925). Trad. Inglesa, 1929. p. 52-53.

⁵¹ (Ver BREWSTER, Ben. Introduction to Lukács on Bukharin. *New Left Review*, n. 39, p. 25) O modo capitalista de produção separa a família de sua associação imediata anterior com a economia, e esta marginalidade não diretamente afetada pela transformação das relações de produção, da propriedade privada para a propriedade pública, na transição para uma sociedade socialista. Como a essência do problema contemporâneo da mulher deriva desta marginalidade, com relação a este problema, mas com relação somente a este problema, a distinção entre as sociedades industrial e pré-histórica é a significativa. Categorias importantes para um elemento da totalidade social bem podem ser irrelevantes ou mesmo perniciosas, se estendidas ao todo do desenvolvimento histórico. Argumentos semelhantes, mas principalmente a falta de espaço em um artigo curto, devem desculpar a negligência total de problemas surgidos de distinções de classe nas funções e *status* das mulheres.

⁵² MARX, Karl: A propriedade Privada e o Comunismo.

⁵³ MARX, Karl: Formações Econômicas Pré-Capitalistas.